

PARADIGMAS, TEORIAS E CONCEITOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE METATEÓRICA

PARADIGMS, THEORIES AND CONCEPTS IN INTERNATIONAL RELATIONS: A METATHEORETICAL ANALYSIS

Flavio Elias Riche**

RESUMO

O presente texto tem por objetivo realizar um estudo metateórico das principais ferramentas analíticas utilizadas em relações internacionais. O argumento central consiste em sustentar que a aplicabilidade e o poder explicativo desses instrumentais não podem ser mensurados *a priori*, sendo fundamental, nesse sentido, tanto a definição que se adota quanto o uso que dela se faz.

PALAVRAS-CHAVE

Paradigma, Teoria, Conceito, Metateoria

ABSTRACT

The present article aims to investigate the main analytical instruments of international relations from a metatheoretical point of view. The central argument consists in defending that its explicative power and application cannot be measured *a priori*. The evaluation of an analytical instrument must also take into account the kind of definition adopted as well as the use that is made of it.

As idéias apresentadas neste artigo pelo autor não refletem necessariamente as posições do Ministério das Relações Exteriores ou do Governo brasileiro

**Diplomata de Carreira. Doutorando em Relações Internacionais pela UnB. Mestre em Ciências Jurídicas pela PUC-RIO. Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ. Bacharel em Direito pela UNI-RIO. Coordenador do Grupo de Pesquisa Peter Häberle, do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). E-mail: flavio.riche@itamaraty.gov.br

KEY-WORDS

Paradigm, Theory, Concept, Metatheory

O presente texto tem por objetivo tecer considerações sobre as principais ferramentas analíticas utilizadas no estudo das relações internacionais. O argumento central consiste em sustentar que a aplicabilidade e o poder explicativo desses instrumentais não podem ser mensurados *a priori*, sendo fundamental, nesse sentido, tanto a definição que se adota quanto o uso que dela se faz.

Inicialmente, será abordada a relação entre ciência normal e ciência extraordinária defendida por Thomas Kuhn, a partir da qual emerge uma noção de paradigma que, a despeito de sua ambigüidade e falta de precisão, gozou por um bom tempo de grande prestígio – inclusive nas ciências sociais (I). Em seguida, será discutida a proposta de Amado Cervo acerca do papel diferenciado exercido por teorias e conceitos (II). Ao final, realizar-se-ão comentários sobre a relação entre paradigmas, teorias e conceitos (III).

I

O processo de produção do saber científico é comumente visto como resultado da acumulação gradativa de experimentos e teorias ao longo da história; um processo linear e ordenado, sempre crescente e determinista, caminhando em uma direção muito específica – a verdade. Nesta perspectiva continuísta, as novas descobertas assemelhar-se-iam a unidades acrescentadas a uma construção comum, permitindo aos cientistas contemporâneos uma maior proximidade da verdade, quando comparados com seus antecessores. Fruto do positivismo lógico, tal concepção influenciou por longo tempo o meio científico, sendo ainda bastante recorrente no senso-comum.

Será essa forma de se entender a ciência o alvo principal das críticas de Thomas Kuhn.¹ Segundo o autor, uma comunidade científica não pode “[...] praticar seu ofício sem um conjunto dado de crenças recebidas” (KUHN: 2000, p.23). A presente afirmação contém um significado maior do que aparenta, na medida em que pressupõe a compreensão de toda uma gama de conceitos caros à epistemologia kuhniana. Nela estão implícitas questões fundamentais acerca do processo de criação, consolidação e crise dos paradigmas – responsável pela constante alternância entre os períodos *normais* e *revolucionários* que marcariam a produção do saber científico.

O que se deve entender por *ciência normal*? Expressão que pode soar estranha à primeira vista, representa nada mais que o *modus operandi* tradicional da ciência: “[...] ‘ciência normal’ significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações passadas” (KUHN: 2000, p.29). Aqui, Kuhn não se refere a toda e qualquer realização, senão àquelas que são temporalmente reconhecidas por uma comunidade científica específica como fundamento e guia para a atividade cognoscitiva subsequente.

Devem, pois, tais realizações ao menos possuir duas características essenciais: um caráter de inovação que não tenha precedentes, capaz de arraigar partidários consistentes e estratégicos que auxiliem na superação das concepções

¹ Conforme assinala Barry Barnes, é possível fazer uma classificação tripartite das publicações de Thomas Kuhn. Primeiramente, existem os trabalhos produzidos na década de 50 e em princípios dos anos 60, que consistiam basicamente em narrativas históricas, direcionadas a um público mais restrito, composto por historiadores das ciências. Sua principal obra nesse período foi *The copernican revolution* (1957), merecendo também destaque alguns artigos sobre história da termodinâmica. Já a segunda fase, a partir de 1960 é marcada pela preocupação com o estudo da ciência em termos gerais. Embora tenha se auto-definido como historiador, Kuhn aqui mais se assemelha a um filósofo das ciências. Os escritos publicados nesse período alcançaram um público mais amplo, o que conferiu maior renome ao autor. São eles: *The structure of scientific revolutions* (1962) – o principal trabalho de sua carreira – e *The essential tension* (1977) – uma coletânea de artigos sobre história, sociologia e filosofia das ciências, desenvolvidos principalmente durante os anos 60. O terceiro momento, nos fins da década de 70, tem como referência principal *Black body theory* (1978). Aqui Kuhn volta a trabalhar com temas específicos – mais especificamente, com a história da mecânica quântica. Da mesma forma que a primeira fase, este último período de produção intelectual é marcado por narrativas históricas, motivo pelo qual nos concentraremos na segunda etapa de seu pensamento, já que lá reside a essência da contribuição epistemológica de Thomas Kuhn. Cf.: BARNES: 1982, pp. 1 e segs.

divergentes; uma abertura que permita o surgimento de problemas passíveis de resolução por este novo conjunto de cientistas. Verificadas estas condições, estaremos realmente frente a um *paradigma*, um exemplar a partir do qual se constrói uma tradição científica.

Caso não existisse essa convergência dos cientistas em torno de um conjunto de concepções e práticas pré-estabelecidas, erigidas por consenso (ainda que tácito) ao *status* de paradigma, os períodos de *ciência normal* tornar-se-iam inviáveis. O que Kuhn pretende mostrar é que muito embora as divergências sejam em regra responsáveis pelos avanços mais significativos da ciência – típicos dos períodos de transição de paradigma – as convergências também são dignas de igual relevância, não apenas por seu caráter preliminar em relação às alterações revolucionárias, mas também por sustentarem os períodos mais extensos de investigação científica.

Obviamente, existe aí uma relação dialética – uma *tensão essencial*, para utilizar sua terminologia. Evitar que essa tensão alcance níveis insuportáveis, nas palavras do autor, “[...] é um dos principais requisitos para o melhor gênero de investigação científica” (KUHNS: 1989, p.276). Ilustramos abaixo as principais dicotomias inerentes a esse conflito:

Tensão essencial na atividade científica

Ciência normal	Ciência extraordinária
Tradição	Inovação
Convergência	Divergência
Consenso	Dissenso
Comunidade	Indivíduo
Dogmática	Zetética²

² A contraposição entre dogmática e zetética é feita por Theodor Viehweg e aprofundada por Tércio Sampaio Ferraz Júnior. A primeira se desenvolve a partir de um dogma poston fora de dúvida, estável e indiscutível, mas com um mínimo de flexibilidade de pensamento que o permita manter-se em distintas situações. Já a segunda se estrutura a partir de uma função puramente cognoscitiva, não permitindo a existência de quaisquer idéias fundamentais pressupostas que possam ficar fora de questão (Cf. VIEHWEG: 1991, p. 99-113; FERRAZ JR.: 1991, pp. 39-51).

Vale aqui voltar nossa atenção para um dos pontos-chave da teoria de Kuhn: o impacto que a emergência de um paradigma produz em determinado grupo. A aquisição de um paradigma propicia o amadurecimento da ciência, permitindo um tipo de pesquisa, cujo teor esotérico seria inconcebível no período pré-paradigmático – onde prevalece um menor rigor metodológico e, por conseguinte, uma maior liberdade do cientista no exercício de sua atividade: “Na ausência de um paradigma ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente são pertinentes ao desenvolvimento de determinada ciência tem a probabilidade de parecerem igualmente relevantes” (KUHN: 2000, p.35).

A situação muda quando uma comunidade aceita determinado paradigma. A partir de então, muitas das divergências tendem a desaparecer, já que não mais é possível a pluralidade de interpretações para um mesmo conjunto de fenômenos, tal como ocorria antes. Na medida em que os defensores de uma certa teoria logram converter em seu favor a maior parte dos cientistas de sua comunidade – a ponto de transformá-la em um paradigma –, o espaço concedido à diversidade termina por ser reduzido drasticamente.

Ademais, o consenso gerado pelo paradigma permite ao cientista avançar em suas pesquisas, sem ter que em todo momento provar a validade de cada princípio em que se baseia. Obviamente, isso acaba levando a uma especialização cada vez maior – tanto dos profissionais quanto do auditório ao qual se dirigem. Em última instância, a atividade científica em períodos normais assemelha-se à resolução de *quebra-cabeças*.

Com efeito, tanto a descoberta de novos fenômenos como a elaboração de teorias inovadoras escapam completamente aos objetivos da *ciência normal*; esta só se interessa pelos fatos e teorias que contribuam para o aprimoramento do paradigma sem extrapolar seus limites, o que poderia levar à sua derrocada. Em suma, o paradigma fornece “[...] as regras do jogo, descreve as peças com que se deve jogar e indica o objetivo que se pretende alcançar” (KUHN: 1979, p.71).³

³ É assim que, nos períodos normais, o cientista trabalha com um conjunto de resultados restritos e esperados. Se porventura uma resposta diversa for obtida – cuja assimilação o paradigma eleito não seja capaz de operar – considerar-se-á simplesmente que a pesquisa fracassou, por *culpa* exclusiva de quem a realizou. Enquanto resolução de quebra-cabeças, a *ciência normal* é bem sucedida quando logra perpetuar a tradição existente, transformando em dogma o paradigma a partir do qual opera (KUHN: 2000, pp. 56 e segs).

Não obstante, tal afirmativa nos leva à seguinte contradição: quanto mais a *ciência normal* amadurece, mais apurados também se tornam suas técnicas, métodos e teorias – o que gera uma dupla consequência: se por um lado o paradigma é aprimorado, por outro, cria-se um terreno mais propício à emergência de anomalias que podem, em última instância, gerar as crises que antecedem as *revoluções científicas*. Torna-se, pois, ao menos intrigante como o próprio desenvolvimento da *ciência normal* acaba levando à sua mudança.⁴

Sem negar a relevância dos escritos de Thomas Kuhn para a disseminação do conceito de paradigma, é preciso lembrar que sua principal obra – *A estrutura das revoluções científicas* – foi escrita originalmente para cientistas naturais, formação esta compartilhada pelo autor. Mais ainda, as ciências sociais (por analogia, também as relações internacionais), no entender de Kuhn, possuiriam um caráter pré-paradigmático, tendo em vista a ausência de consenso similar ao existente nas ciências naturais durante os períodos de *ciência normal*.⁵

Além do mais, é de se notar a ausência de maior rigor conceitual em Thomas Kuhn, no que diz respeito à utilização da expressão paradigma. De fato, uma das principais críticas feitas à *estrutura das revoluções científicas* consiste na polissemia apresentada por esse conceito. Em artigos posteriores, Kuhn procurou delinear com maior clareza suas diversas significações, agrupando-as em dois

⁴ Escaparia ao escopo do presente estudo analisar de forma mais detalhada como se opera essa transição. Ressalte-se apenas que, ao constatarem uma anomalia, os cientistas reconhecem que de algum modo a natureza violou as expectativas do paradigma então vigente. Frente a essa situação, a primeira atitude consiste em concentrar todos os esforços para realizar ajustes no paradigma que permitam transformar o anômalo em esperado. Conforme os cientistas percebem a insuficiência dos aparatos da *ciência normal* frente a problemas concretos, alternativas teóricas para explicar um mesmo conjunto de dados passam a ser consideradas, gerando-se, pois, uma crise paradigmática – cujo aprofundamento pode levar a uma revolução científica. Nesse contexto, por meio da consolidação de um novo paradigma os períodos revolucionários da ciência se encerram, dando surgimento a novas tradições. Trata-se, contudo, de uma reconstrução fundada em novos princípios, que não apenas altera generalizações teóricas e aplicações fundamentais do paradigma anterior, mas inclusive implica uma nova concepção de mundo (KUHN: 2000, pp. 93-200).

⁵ Para o autor, questões supra-empíricas e filosóficas só teriam lugar nos períodos de *ciência extraordinária*. Todavia, como bem destaca Jeffrey Alexander: “As condições definidoras da crise do paradigma nas Ciências Naturais são a rotina nas sociais. [...] É possível acumular conhecimento sobre o mundo a partir de pontos de vista diferentes e em competição. É também possível sustentar leis gerais relativamente preditivas a partir de orientações gerais substancialmente diferentes” (ALEXANDER: 1987, pp. 7-8).

grandes conjuntos: (i) crenças, técnicas e valores partilhados pelos membros de uma comunidade científica e (ii) soluções concretas que adquirem, nos períodos de *ciência normal*, natureza exemplar para a resolução dos demais problemas (KUHN: 1989, pp. 355 e segs.; KUHN: 2000, p. 218).

O tema será retomado ao final do trabalho, tendo em conta que, apenas mediante uma reformulação do que se deve entender por paradigma, poder-se-á garantir seu emprego de forma consistente no campo das relações internacionais.

II

Em seu clássico manual de metodologia científica (CERVO; BERVIAN; SILVA: 2006), Amado Cervo, ao abordar a questão das ferramentas teóricas⁶ necessárias aos pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais, estabelece uma relação de necessidade entre teoria e conceito: “Conceito é a pedra angular para a construção de teorias, assim como a família é a pedra angular para a construção da sociedade e a célula, a pedra angular para a existência dos corpos vivos” (CERVO; BERVIAN; SILVA: 2006, p. 19). Enquanto os conceitos representariam constructos de natureza lógica a partir de sistemas de referência

⁶ Segundo Ferrari, as ferramentas teóricas seriam “[...] um conjunto de idéias, códigos, símbolos e valores que indica uma série de operações realizáveis, física e/ou mentalmente, a partir da manipulação de conceitos abstratos” (Apud: CERVO; BERVIAN; SILVA: 2006, p. 17). Tais ferramentas seriam essenciais na medida em que o objeto nas ciências sociais e humanas não é dotado do mesmo grau de realidade que caracteriza, por exemplo, um objeto físico, impossibilitando, pois, o uso de ferramentas técnicas ou manuais. Contudo, essa afirmação não implica um retorno ao relativismo clássico, tampouco à sua versão pós-moderna. Conforme destaca Estevão Martins ao analisar a dimensão relacional do saber produzido na área de História: “A conjunção de dados ‘reais’ com pessoas e estruturas, igualmente ‘reais’, são fatores que o conhecimento histórico articula nas explicações relacionais de fenômenos relacionais. É por conseguinte inteligível que se possa chamar o conhecimento histórico de relativo. Ele é relativo à complexidade fatorial do que investiga, à complexidade subjetiva dos registros que são suas fontes e dos respectivos autores, à complexidade subjetiva do investigador e de seu meio, à forma estilística de sua exposição. Nenhum desses conjuntos, no entanto, exime-se do controle convencional expresso pelas regras metódicas. Mesmo quando estas evoluem com o tempo, a cada tempo e a cada investigação cabem regra de procedimento e controle intersubjetivo” (MARTINS: 2002, p.23).

do qual também fazem parte, as teorias seriam fruto de um agrupamento sistemático de conceitos e proposições, com o intuito de explicar ou prever fenômenos por meio do estabelecimento de relações entre variáveis consideradas relevantes.⁷

Assim, Cervo concebe os conceitos como inerentes a cada campo científico, reconhecendo, não raro, a ocorrência da apropriação de conceitos por áreas do conhecimento diversas de onde se originaram. Contudo, até então, o autor não enfatiza o contexto histórico, social e cultural no qual se dá a formação do conceito como um elemento basilar para sua definição, abordando o tema de forma indireta:

Sistemas, estruturas, aparelhos, órgãos, tecidos, células, trabalho e tantos outros conceitos, por exemplo, são comuns à física, à biologia, à sociologia e à administração. O que o estudante precisa saber, antes de operacionalizar tais conceitos, é sua matriz, sua origem e que conotação tal conceito tem em sua área específica de conhecimento (CERVO; BERVIAN: 2006, p. 19).

Em escritos mais recentes (CERVO: 2008a, pp. 8-25; CERVO: 2008b), o autor contrapõe as funções desempenhadas por teorias e conceitos na área de relações internacionais. Com certa dose de maniqueísmo (à primeira vista), Cervo propugna a valorização do uso dos conceitos em detrimento do *imperialismo epistemológico das teorias* nas relações internacionais. Isto porque a aplicação de teorias nesse campo de conhecimento possui dois graves problemas:

- (i) Insuficiências de ordem gnoseológica: impossibilidade de uma teoria possuir alcance explicativo universal, ainda que o sustente com frequência;
- (ii) Existência de valores, padrões de conduta e interesses que se encontram intimamente associados à teoria, os quais a mesma busca ocultar a fim de não invalidar sua pretensão de veracidade fundada no caráter universal supracitado.

Diversamente das teorias, os conceitos, em sua visão, evidenciam os elementos contextuais – e muitas vezes conjunturais – que lhes servem de

⁷ Sobre a definição de teoria, cf.: KERLINGER. Apud: CERVO; BERVIAN; SILVA: 2006, p. 22.

fundamento, razão pela qual são desprovidos do intuito de prover explicações globais aos analistas de relações internacionais. Dessa constatação adviria a legitimidade dos conceitos: “Conceitos – e não as teorias – descubrem no coração dos povos o que lhes convém em termos de culturas e interesses. Se ocuparem o lugar das teorias, propõem ação externa de respeito alheio e de equalização de benefícios da ordem internacional” (CERVO: 2008a, p. 22).

Além do mais, os conceitos possuiriam quatro características centrais, as quais refletem, além de relativo alinhamento com o pensamento construtivista,⁸ um esforço de síntese entre fatores descritivos e normativos – sem, com isso, abrir mão de sua cientificidade. Deste modo, é possível identificar na formação, significado e alcance dos conceitos: “a) uma construção social; b) expressão de historicidade; c) inclusão de mensagem positiva; d) enfim, produção como exigência de ordem metodológica em respeito à verdade e ao rigor” (CERVO: 2008a, p. 22).

Feita essa breve exposição das ideias de Cervo sobre a relação entre teorias e conceitos, seria relevante compará-las com o seguinte excerto de Nogueira e Messari a esse respeito:

As teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial. Precisamos de um corpo particular de teorias para entender um universo cuja característica é desenvolver-se para além das fronteiras nacionais, no espaço pouco conhecido em que as ações, interações, conflitos e negociações tem lugar nas margens da jurisdição dos Estados: o espaço internacional (NOGUEIRA; MESSARI: 2005, p. 2).

Estariam Nogueira e Messari errados? Ao defenderem o papel das teorias, buscariam eles pura e simplesmente embutir interesses “[...] com fins conscientes ou inconscientes de promover a desigualdade entre as nações, em âmbito global”? (CERVO: 2008a, p. 21). Conforme se pretende demonstrar, é preciso estar com Amado Cervo e contra Amado Cervo, a fim de evitar simplificações dessa ordem e obter uma solução satisfatória para o problema.

⁸ Em suas próprias palavras: “Revelando atitude intelectual mais aberta e mais simpática, Alexander Wendt escala uma nova fase dessa evolução recente das teorias. [...] Wendt inicia a demolição do imperialismo das teorias das relações internacionais. Essas teorias, segundo o autor, nunca foram capazes de prever algo que já não fosse uma tendência em curso” (CERVO: 2008a, p. 12).

Começando pela segunda parte, a tentativa de obter alcance explicativo global com as teorias não pode ser atribuída necessariamente ao intuito de impor um *ethos* específico às demais culturas, como se um grupo de acadêmicos europeus e/ou norte-americanos se reunissem em uma sala e buscassem formular um estratagema capaz de dissimular objetivos de ordem particular mediante uma roupagem cognitiva que lhes dessem a aparência de generalidade e abstração.

Ainda que isto possa ocorrer em certos casos, trata-se da exceção e não da regra. É preciso ter em mente que essa ânsia por universalidade verificável na elaboração de teorias em relações internacionais muitas vezes decorre do próprio objeto de estudo.

Não se discute, com isso, sua impossibilidade – apenas se reconhece que o presente fenômeno não é passível de uma análise monocausal. Que valores, ideias e demais aspectos culturais estejam presentes em uma teoria ainda quando se auto-proclame objetiva nos moldes científico-naturais, é um fato. Inferir a partir disso a existência obrigatória de um *imperialismo epistemológico* (para utilizar um conceito, senão uma expressão, utilizado por Cervo), implica subestimar o papel intersubjetivo de controle metódico da comunidade acadêmica, tanto no plano nacional quanto internacional.⁹

Contudo, há que se concordar com o esforço de sistematização do *estado da arte* das relações internacionais no Brasil operado por Cervo, no que se refere à pertinência de determinados diagnósticos.

De fato, teorias formuladas no exterior são comumente apropriadas de forma acrítica por pesquisadores e assim transmitidas aos estudantes de relações internacionais. Consequentemente, realismo, liberalismo, construtivismo – e tantos outros *ismos*, ainda que nas versões *neo* (neorealismo, neoliberalismo) ou *pós* (pós-estruturalismo, pós-positivismo) – não são considerados como instrumentos de análise, terminando por adquirir a condição de *doutrina* (Cervo), ou mesmo de *dogma* (Kuhn).¹⁰ Ocorre, com isso, um desvio de finalidade, levando docentes e discentes a se agregarem em clãs incomunicáveis em defesa de uma causa que não necessariamente lhes pertence.

⁹ A este respeito, cf.: MARTINS: 2002, pp. 19-13; MARTINS: 1984, pp. 155 e segs.

¹⁰ Sobre o conceito de doutrina, cf.: CERVO; BERVIAN; SILVA: 2006. Sobre o conceito de dogma, cf.: KUHN, Thomas. 1979.

Daí a ênfase que Cervo atribui à mudança nos programas de ensino das relações internacionais, cuja hodierna hipermetropia resulta na supervalorização das teorias em detrimento dos conceitos:¹¹

O estado atual das teorias das relações internacionais apresenta um quadro caótico do ângulo de sua formação intelectual. Esse fato, *per se*, aconselha-nos a tomá-las com cautela. [...] O caos a que nos referimos diz respeito a contradições entre teorias e correntes teóricas que os manuais evidenciam. O caos também se observa em publicações, até mesmo de grandes mestres, que exibem interpretações das relações internacionais sem se apresentarem como formuladores de teorias *stricto sensu* (CERVO: 2008a, p. 9).

Certamente, o uso de teorias e mesmo de conceitos advindos do exterior não é nocivo em si mesmo. O que deve ser evitado, sim, é a importação de teorias sem a devida filtragem contextual. Com isso, defende-se a possibilidade de serem privilegiadas, eventualmente, experiências teóricas oriundas de outras culturas, desde que sua utilização: (i) ocorra de modo consciente e crítico; (ii) contribua efetivamente para o aprimoramento da explicação ou da compreensão do problema central de uma pesquisa.

III

É preciso neste ponto retomar o que se deve entender por paradigma. Conforme esclarece Edgar Morin, o sentido conferido ao paradigma por Kuhn é ao mesmo tempo forte – devido ao seu poder dominador sobre as teorias – e vago – na medida em que significa inclusive *consenso de uma comunidade científica em torno de uma visão de mundo* (MORIN: 2002, pp. 260 e segs.). Na mesma linha, o caráter hegemônico que Kuhn atribui ao paradigma dificulta sua aplicação na área de relações internacionais. Conforme demonstrado por meio das palavras de Alexander, é admissível nas ciências sociais e humanas que pesquisadores sigam orientações diversas, sem que, necessariamente, suas atividades sejam consideradas como *pseudocientíficas*.

¹¹ Segundo dados informados pelo autor, “As teorias integram, no Brasil, os currículos dos cursos de relações internacionais, aproximadamente setenta cursos de graduação e cerca de uma dezena de cursos de pós-graduação, de mestrado e de doutorado” (CERVO: 2008a, p. 9).

Portanto, caso se deseje aproveitar a noção de paradigma em áreas outras que as ciências naturais,¹² torna-se fundamental reconcebê-la: “Um paradigma deve conter, para todos os discursos realizados em seu âmbito, os conceitos fundamentais e as categorias mestras de inteligibilidade, assim como as relações lógicas existentes entre esses conceitos e categorias” (MORIN: 2002, p.261).¹³

A partir dessa definição, seria possível aceitar a diversidade paradigmática não como algo provisório e excepcional, nos moldes propostos por Kuhn, mas como algo perene e inerente ao próprio desenvolvimento das humanidades.

¹² Eis a justificativa de Edgar Morin para a manutenção da idéia de paradigma nas ciências sociais e humanas: “Conservo a noção de paradigma, não só apesar da sua obscuridade, mas também por causa dela, pois visa a qualquer coisa de muito radical, profundamente imersa no inconsciente individual e coletivo, cuja emergência muito recente e parcial no pensamento consciente ainda está envolta em brumas. Conservo-a também não só apesar da sua ambigüidade, mas também por causa dela, pois esta nos remete a múltiplas raízes emaranhadas (lingüísticas, lógicas, ideológicas e, mais, profundamente ainda, cérebro-psíquicas e socioculturais)” (MORIN: 2002, p.260).

¹³ O paradigma Segundo Morin, possuiria doze traços característicos: “1. O paradigma é ‘não-falsificável’, isto é, encontra-se fora do alcance de qualquer refutação-verificação empírica, embora as teorias dele dependentes sejam ‘falsificáveis’. 2. O paradigma dispõe do princípio de autoridade axiomática. Ainda que se confunda com os axiomas, é o fundador destes, sendo que a autoridade do axioma legitima retroativamente o paradigma. 3. O paradigma dispõe de um princípio de exclusão; exclui não apenas os dados, enunciados e idéias divergentes, mas também os problemas que não reconhece. [...] 4. O paradigma cega, pois o que exclui passa a não existir. [...] 5. O paradigma é invisível. Situado na ordem inconsciente e na ordem supraconsciente, é o organizador invisível do núcleo organizacional visível da teoria, onde dispõe de um lugar invisível. [...] 6. O paradigma cria evidência auto-ocultando-se. Como é invisível, quem está submetido a ele, pensa obedecer aos fatos, à experiência, à lógica. 7. Além disso, um paradigma é co-gerador do sentimento de realidade, pois o enquadramento conceitual e lógico do que é percebido como real deriva da determinação paradigmática. [...] 8. A invisibilidade do paradigma torna-o invulnerável. Contudo, ele tem seu calcanhar de Aquiles: em qualquer sociedade, em qualquer grupo, há indivíduos desviantes, anômicos em relação ao paradigma reinante. [...] 9. Há incompreensão e antinomia entre os paradigmas, isto é, entre pensamentos, discursos, sistemas de idéias comandados por paradigmas diferentes. [...] 10. O paradigma está recursivamente ligado aos discursos e sistemas que gera. [...] 11. Um grande paradigma determina, através de teorias e ideologias, uma mentalidade, um *mindscape*, uma visão de mundo. [...] 12. Invisível e invulnerável, um paradigma não pode ser atacado, contestado, arruinado diretamente. É preciso que apareçam frestas, fissuras, erosões, corrosões no edifício das concepções e teorias subentendidas, visto que as restaurações e reformas secundárias fracassam” (MORIN: 2002, pp. 265-268.)

Interessante notar, a este respeito, que muito embora Amado Cervo desenvolva críticas rigorosas ao uso corrente de teorias em relações internacionais, não abandona o autor o recurso a paradigmas nesse campo de conhecimento. Logo, podemos afirmar que, se Morin buscou adaptar o conceito de paradigma às ciências sociais e humanas, Cervo precisou ainda mais o foco, debruçando-se de forma peculiar sobre as relações internacionais e conferindo um significado específico ao termo.

Após destacar a importância do paradigma como uma matriz de pensamento que organiza a matéria objeto de investigação, Cervo diferencia seu uso nas ciências naturais e nas ciências humanas, afirmando que para estas o paradigma “[...] restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo por meio do conceito, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana” (CERVO: 2008b, p. 65). Deste modo, um paradigma em relações internacionais comporta: (i) uma visão de mundo fundada na identidade cultural e nos valores existentes; (ii) a percepção dos principais atores da vida estatal acerca do interesse nacional; (iii) o plano da elaboração política, no qual se relacionam não somente o interno e o externo, mas também estratégias de médio e longo prazo.¹⁴

Como se pode perceber, Cervo realiza uma espécie de *bypass*, que permite ir do paradigma aos conceitos sem mediação obrigatória da teoria. Mais ainda, propõe uma relação de meio e fim entre paradigmas e conceitos: “A análise paradigmática que ora aplicamos a nosso objeto de estudo, as relações internacionais do Brasil, corresponde, antes de tudo, a um método. Temos por fim a construção de conceitos pela via da observação empírica” (CERVO: 2008b, p. 65).¹⁵

¹⁴ Sobre o último item, recorda o autor que “O conceito paradigmático pressupõe a longa duração, porque sobre ela se aplica naturalmente, não servindo à análise de conjunturas, a não ser a reverso, na medida que essas conjunturas de tempo curto nele encontrem sua localização cognitiva e operacional” (CERVO: 2008b, p. 66).

¹⁵ As consequências dessa postura são bastante visíveis. Vasquez, por exemplo, define os seguintes paradigmas das relações internacionais: *idealismo*, *realismo*, *transnacionalismo* e *marxismo*. Rosenau, por sua vez, tem concepção diversa, adotando uma classificação tripartite dos paradigmas: *estadocêntrico*, *multicêntrico* e *globalcêntrico* (SODUPE: [s.d.], pp. 33 e segs.). Já Amado Cervo concebe paradigmas dotados de maior concretude e associados diretamente ao contexto sócio-histórico brasileiro: *liberal-conservador*, *desenvolvimentista*, *normal* (ou *neoliberal*) e *logístico* ((CERVO: 2008b, pp. 67 e segs.).

Ambas as definições possuem seus méritos. No caso de Morin, fica claro que muito embora se perceba um forte enraizamento histórico e cultural na emergência de um paradigma, quanto mais intensa se torna sua consolidação, mais presente se torna o paradigma no plano do imaginário coletivo, o que leva à ocultação dos elementos presentes em sua gênese – os quais poderiam, de certo modo, ameaçar sua autoridade axiomática. No caso de Cervo, torna-se evidente não ser possível a um paradigma nas relações internacionais fornecer, para todas as pesquisas realizadas em seu seio, um acoplamento perfeito entre variáveis – antecedentes, independentes, intervenientes, dependentes –, desprovido de qualquer falha.

Portanto, a utilização de paradigmas como instrumentos de análise em relações internacionais adquire viabilidade justamente a partir da compreensão de suas forças e fraquezas. Essa visão permite abordar o paradigma como uma matriz de pensamento que fornece as linhas-mestras não raro implícitas na formulação de teorias e de conceitos.

Teorias agrupam conceitos. Isto não significa, entretanto, que conceitos adquirem sentido e operacionalidade apenas no âmbito de teorias. Concordamos com Cervo quanto ao fato de que, nos conceitos, o nexos com o mundo empírico mostra-se mais direto e explícito. Isto conduziria, a princípio, à conclusão de que conceitos seriam ferramentas mais aptas a prover explicação para os fenômenos de política internacional. Discordamos de Cervo, além dos motivos expostos anteriormente, em função do fortalecimento da tendência, entre autores contemporâneos, em adotar a teoria como uma explicação provisória da realidade, sujeita à falsificação.

Mais ainda, teorias fornecem, em certos casos, uma sistematização conceitual que, somada a um primeiro nível de abstração,¹⁶ permite ao analista obter uma compreensão mais aprofundada de seu objeto de estudo, com reflexos positivos para a estruturação dos argumentos que irão compor sua dissertação de Mestrado ou sua tese de Doutorado.

Enfim, a adoção de um regime de tolerância entre paradigmas, teorias e conceitos é capaz de gerar benefícios potenciais para o pesquisador, do ponto de vista epistemológico e metodológico. Por certo, o tema em questão trespassa os limites de um simples artigo, demandando esforços futuros por parte da comunidade acadêmica de relações internacionais.

¹⁶ Um segundo nível de abstração poderia ser associado ao plano metateórico, destinado à discussão de princípios e postulados inerentes à própria teoria (ROCHA: 2002, pp. 77 e segs.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. II, n. 4, 1987.

BARNES, Barry. **T.S.Kuhn and Social Science**. New York: Columbia University Press, 1982.

CERVO, Amado. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, n. 2, 2008a, pp. 8-25.

_____. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008b.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1991.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, Jorge Dias de. **A crítica da ciência: Sociologia e ideologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Los paradigmas científicos. In: BARNES, Barry (org.). **Estudios sobre sociologia de la ciencia: Barry Barnes, Thomas S. Kuhn, Robert K. Merton y otros**. Madrid: Alianza, 1980.

_____. Posfácio – 1969. In: Idem. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **A tensão essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria B. da. **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

_____. O problema da objetividade nas ciências sociais. **Revista Brasileira de Filosofia**, XXXIV, 1984, pp. 147-172.

_____. **Relações Internacionais: cultura e poder**. Brasília:IBRI, 2002.

MORIN, Edgar. **O método 4: as idéias**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NOGUERIA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais: teorias e agendas**. Brasília: IBRI, 2002

SODUPE, Kepa. **La teoría de las relaciones internacionales a comienzos del siglo XXI**. Bilbao: Universidad del País Vasco, [s.d.].

VIEHWEG, Theodor. **Tópica y filosofía del derecho**. Barcelona: Gedisa, 1991.

WENDT, Alexander. Constructing international politics. **International Security**, v. 20, n. 1, 1995, pp. 71-81.

_____. On the via media: a response to the critics. **Review of international studies**, v. 26, 2000, pp. 165-180.